

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

# **CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

## **Conteúdo**

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações do resultado**

**Demonstrações do resultado abrangente**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Concessionária de Rodovias TEBE S.A.**  
Bebedouro - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária de Rodovias TEBE S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Concessionária de Rodovias TEBE S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 18 de fevereiro de 2016.

# CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31/12/2015	31/12/2014		Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.731	20.721	Empréstimos e financiamentos	11	7.355	8.210
Contas a receber	6	3.703	3.306	Arrendamento mercantil	12	55	140
Impostos a recuperar		202	224	Fornecedores	13	1.823	1.339
Adiantamentos a fornecedores e outros		78	108	Fornecedores - partes relacionadas	7	71	5.496
Despesas antecipadas		167	190	Credores pela concessão	17	2.105	1.961
Outras contas a receber		18	87	Obrigações sociais e trabalhistas		2.463	2.151
		<b>21.899</b>	<b>24.636</b>	Obrigações tributárias	14	729	656
				Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	1.523	1.880
<b>Não circulante</b>				Provisão para construção	16	1.975	3.273
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	14.174	8.684	Provisão para manutenção	15	12.515	5.927
Depósitos judiciais		821	217	Adiantamento de clientes		240	229
Reembolso de seguros	18	8.014	3.083	Outras contas a pagar	13	108	144
Imobilizado	9	168	168			<b>30.962</b>	<b>31.406</b>
Intangível	10	102.924	108.249	<b>Não circulante</b>			
		<b>126.101</b>	<b>120.401</b>	Empréstimos e financiamentos	11	28.670	20.485
				Arrendamento mercantil	12	5	121
				Provisão para contingências	18	10.053	4.243
				Credores pela concessão	17	2.286	3.768
				Provisão para manutenção	15	4.681	4.863
				Provisão para construções	16	306	986
				Dividendos a pagar	19	18.378	26.884
						<b>64.379</b>	<b>61.350</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	19		
				Capital social		28.002	25.002
				Reserva estatutária		1.681	1.672
				Reserva legal		4.125	4.087
				Ágio na incorporação		6.721	6.721
				Reserva de lucros		12.130	14.799
						<b>52.659</b>	<b>52.281</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>148.000</b>	<b>145.037</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>148.000</b>	<b>145.037</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

## Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	20	78.904	91.372
Custo dos serviços prestados	21	(64.879)	(53.265)
<b>Lucro bruto</b>		<b>14.025</b>	<b>38.107</b>
<b>Receitas/(despesas) operacionais</b>			
Depreciações e amortizações	21	(371)	(351)
Administrativas e gerais	21	(8.267)	(6.382)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(1.042)	(1.160)
		<b>(9.680)</b>	<b>(7.893)</b>
<b>Resultado operacional antes dos efeitos financeiros</b>		<b>4.345</b>	<b>30.214</b>
Receitas financeiras		3.004	2.904
Despesas financeiras		(7.181)	(7.513)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	22	<b>(4.177)</b>	<b>(4.609)</b>
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>168</b>	<b>25.605</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente		(6.246)	(7.833)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido		6.834	(4)
	8	<b>588</b>	<b>(7.837)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>756</b>	<b>17.768</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	756	17.768
Resultados abrangentes	756	17.768

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Ágio na incorporação	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	24.002	6.721	3.199	1.472	29.698	-	65.092
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.768	17.768
<b>Destinação de lucro</b>							-
Dividendos propostos conforme estatuto	-	-	-	-	(8.884)	-	(8.884)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	17.768	(17.768)	-
Constituição de reserva legal/estatutária	-	-	888	200	(1.088)	-	-
Aumento de capital social conforme AGE	1.000	-	-	-	(1.000)	-	-
Dividendos propostos conforme AGE's	-	-	-	-	(21.695)	-	(21.695)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>25.002</b>	<b>6.721</b>	<b>4.087</b>	<b>1.672</b>	<b>14.799</b>	<b>-</b>	<b>52.281</b>
<b>Destinação do lucro</b>							
Dividendos propostos conforme estatuto	-	-	-	-	(378)	-	(378)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	756	(756)	-
Constituição de reserva legal/estatutária	-	-	38	9	(47)	-	-
Aumento de capital social conforme AGE	3.000	-	-	-	(3.000)	-	-
Dividendos propostos conforme AGE's	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>28.002</b>	<b>6.721</b>	<b>4.125</b>	<b>1.681</b>	<b>12.130</b>	<b>-</b>	<b>52.659</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	756	17.768
<b>Ajustado por</b>		
Depreciação e amortização	16.478	10.469
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.834)	4
Apropriação da outorga variável	1.134	1.082
Valor residual do ativo imobilizado baixado	108	37
Variação monetária com os credores da concessão	392	293
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	2.416	2.270
Constituição, juros e (reversão) da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.221	612
Constituição e (reversão) da provisão para manutenção	20.416	817
Atualização da provisão para manutenção e construções	2.705	2.930
AVP da provisão para manutenção, construções e dos credores pela concessão	69	1.088
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>	<u><b>38.861</b></u>	<u><b>37.370</b></u>
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>		
Contas a receber	(397)	(321)
Impostos a recuperar	1.367	1.169
Despesas antecipadas	23	(6)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(505)	(690)
Provisão para construção	(2.656)	-
Provisão para manutenção	(15.889)	(1.026)
Fornecedores	484	29
Partes relacionadas	(5.425)	3.025
Obrigações sociais e trabalhistas	312	336
Impostos e contribuições a recolher e provisão para IR e CS	(284)	598
Outras contas a pagar - circulante e não circulante	(25)	151
Provisão para contingências	(342)	(85)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<u><b>15.524</b></u>	<u><b>40.550</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições do imobilizado	(11.262)	(26.472)
<b>Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos</b>	<u><b>(11.262)</b></u>	<u><b>(26.472)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Liberação de financiamentos	15.346	15.000
Dividendos	(8.884)	(5.945)
Liquidação da outorga fixa e variável	(3.081)	(2.924)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(10.633)	(10.195)
<b>Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos</b>	<u><b>(7.252)</b></u>	<u><b>(4.064)</b></u>
<b>Diminuição/Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><u><b>(2.990)</b></u></u>	<u><u><b>10.014</b></u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.721	10.707
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17.731	20.721
<b>Diminuição/Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><u><b>(2.990)</b></u></u>	<u><u><b>10.014</b></u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Valores expressos em milhares Reais)

---

### 1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 12 de janeiro de 1998, e iniciou suas atividades em 02 de março do mesmo ano, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.841 de 06 de junho de 1997.

A Companhia tem como atividade preponderante a manutenção e operação do Lote 3 da malha rodoviária de ligação entre os municípios de Catanduva e Bebedouro, Taquaritinga e Pirangi e Bebedouro e Barretos. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e gestão dos serviços delegados, serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo de 240 meses com início em março de 1998 e término em fevereiro de 2018.

Em 21 de dezembro de 2006, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 11 ao Contrato de Concessão, alterando o prazo da Concessão de 240 para 324 meses. Tal alteração fundamentou-se no reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em complementação ficou formalizado desconto correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor mensal do ônus fixo, devido pela contratada, no período de março de 2007 a fevereiro de 2018, no montante de R\$ 133 (cento e trinta e três mil reais), em valor presente líquido na base de julho de 1997.

O regime jurídico do contrato de concessão confere ao Departamento de Estrada de Rodagem - D.E.R., a prerrogativa de fiscalizar a execução dos serviços delegados e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total. É assegurado, tanto à Companhia como ao Poder Concedente, o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, segundo cláusulas contratuais específicas.

Em 15 de dezembro de 2011, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 19/2011 ao Contrato de Concessão, alterando o índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, de Índice Geral de Preço de Mercado (IGPM) para Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) passando a vigorar a partir de 01 de julho de 2013.

Em 26 de novembro de 2013, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 020/13 ao Contrato de Concessão, alterando os prazos dos investimentos a serem realizados. Tal alteração resultou em desequilíbrio em favor do Poder Concedente em R\$ 4 mil na base jul/1997. Assim, em 31 de dezembro de 2015, os investimentos previstos visando atender aos compromissos futuros estão estimados em R\$ 54.725, e deverão ser realizados nos próximos dois anos.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Valores expressos em milhares Reais)

---

### Outras informações relevantes

Por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 27 de junho de 2013, foi divulgada a Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, de 24 de junho de 2013, contendo, dentre outros assuntos, a autorização para a realização de ajustes das tarifas de pedágio, a partir de 01 de julho de 2013, por meio do índice do IGPM, ao contrário do previsto no Termo Aditivo e Modificativo nº 19/2011 ao Contrato de Concessão, de 15 de dezembro de 2011, que previa o índice de reajuste das tarifas de pedágio pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) a partir de 01 de julho de 2013.

Embora tenha sido publicada a referida deliberação, o poder concedente não autorizou o repasse deste reajuste aos usuários das rodovias. Medidas compensatórias foram propostas para garantir o cumprimento das cláusulas constantes no contrato de concessão, dentre elas: (i) desconto de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; e (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário, para complementar a receita não recebida pelas concessionárias.

Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013; e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável.

Outras deliberações ainda poderão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

Por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 28 de junho de 2014, foi divulgada a Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, de 26 de junho de 2014, contendo, dentre outros assuntos, a autorização para a realização de ajustes das tarifas de pedágio, a partir de 01 de julho de 2014, com índice de 4,89%, ou seja, inferior ao previsto no contrato de concessão (6,37%-IPCA).

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

---

Por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 27 de junho de 2015, foi divulgada a Deliberação da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, de 26 de junho de 2015, contendo, a autorização para a ARTESP celebrar Termo de Retirratificação ao Contrato de Concessão celebrado com a TEBE de forma a proceder a modificações no cálculo de reajuste tarifário, mediante a utilização do índice de menor variação percentual entre o IGP-M e o IPCA. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato da Concessão será realizada por fluxo de caixa livre e específico (“Fluxo de Caixa Marginal”), utilizando-se uma Taxa Interna de Retorno Anual de 12,50%, cuja periodicidade de recomposição é a cada dois anos.

## 2. Base de preparação

### Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 18 de fevereiro de 2016.

### Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

### Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

---

As demonstrações contábeis quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos Contratos de Concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As demonstrações contábeis sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia estão descritos a seguir:

#### **Contabilização de Contratos de Concessão**

Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 R1, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

#### **Momento de reconhecimento do ativo intangível**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos Contratos de Concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) **Investimentos que geram potencial de receita adicional:** são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura;

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Valores expressos em milhares Reais)

---

- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.

### **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão**

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos Contratos de Concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá pelo prazo da concessão de forma linear.

### **Determinação das receitas de construção**

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

### **Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão**

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do período, em contrapartida à despesa para manutenção ou reposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

### 3. Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### a. Instrumentos financeiros

##### i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia possui o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem como ativos financeiros não derivativos os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, os empréstimos e recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

##### ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação o seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

**iii. Empréstimos e recebíveis**

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Vide Nota Explicativa nº 6 e 11.

Os empréstimos e os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

**iv. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia, quando existentes, são incluídos como um componente de caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

**v. Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.



## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Valores expressos em milhares Reais)

---

### b. Imobilizado

#### Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, de bens que não estejam vinculados diretamente ao contato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos por gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições de operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesa. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidas no resultado em outras receita/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios a ele e que seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixo. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

---

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### c. Intangível

##### Contratos de concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação por serviços de construção e melhoria fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

##### Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam todos os gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorrido.

##### Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Taxa anual média ponderada (%)
Intangível em rodovia	12,49 a.a.

**d. Redução ao valor recuperável (impairment)**

**i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

**ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

---

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

#### **e. Benefícios a empregados**

##### **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor a ser pago a título de participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### **f. Custo de empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

**g. Arrendamento mercantil**

Os arrendamentos efetuados pela Companhia, na figura de arrendatária, são classificados como arrendamentos financeiros, pois o arrendador transferiu substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens e estes bens são classificados como ativo pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previsto em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

**h. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**Provisão de manutenção - Contratos de Concessão**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do Contrato de Concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

---

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

#### i. Receitas

##### **Contratos de Concessão**

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de Contratos de Concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no Contrato de Concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01 R1, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 R1 - Contratos de Construção.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

##### **Receita financeira e despesa financeira**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Valores expressos em milhares Reais)

---

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

**j. Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a Impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

---

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### k. Determinação do Ajuste a Valor Presente (AVP)

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos aos ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- **Provisão para construção:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 8,43% ao ano em 31 de dezembro de 2015 e 8,24% em 31 de dezembro de 2014; a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;



## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

---

- **Provisão para manutenção:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios estão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 8,43% ao ano em 31 de dezembro de 2015 e 8,24% em 31 de dezembro de 2014. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa média do endividamento da empresa, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;
- **Credores da concessão:** decorrentes das obrigações assumidas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.  
A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

#### I. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela de equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na Rubrica “Dividendos a pagar” por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

**m. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

▪ **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

▪ **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

- **Agricultura: Plantas Produtivas (alterações a CPC 27 / IAS 16 e CPC 29 / IAS 41)**

Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, deve ser contabilizada como imobilizado e incluída no escopo do CPC 27 / IAS 16 Imobilizado, e não mais no escopo do CPC 29/ IAS 41 Agricultura. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2018. A Companhia não possui nenhuma planta produtiva.

- **IFRS 16 - Leases (Arrendamento mercantil)**

Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

- **IAS 12 - Income taxes - (alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro)**

O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 - Income taxes (CPC 32 - Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao “reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1° de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- **IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios);**
- **Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11);**
- **Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);**

- **Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture** (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- **Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014** - várias normas
- **Investment Entities: Consolidation Exception** (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- **Disclosure Initiative** (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### 4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia:** o valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo;
- **Ativos intangíveis:** o valor justo de um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços de construção prestados em um Contrato de Concessão é estimado por referência ao valor justo do serviço de construção prestado. O valor justo é calculado com base no custo total estimado. Quando a Companhia recebe um ativo intangível como contraprestação por prestação de serviços de construção em um Contrato de Concessão, a Companhia estima o valor justo dos ativos intangíveis pela diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido;

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

---

- **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e saldos bancários	133	68
Numerários em trânsito (a)	189	171
Outros numerários - Fundos (b)	424	368
<b>Total das disponibilidades</b>	<b>746</b>	<b>607</b>
Aplicação de liquidez imediata - CDB's (c)	16.985	20.114
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17.731</b>	<b>20.721</b>

(a) Numerários em trânsito representam as arrecadações em papel moeda durante os últimos dias do mês de dezembro de 2015 que não foram depositadas em tempo hábil em contas correntes da Companhia. Estes montantes são depositados em média de dois a três dias após o recebimento;

(b) Montante mantido em cofres para satisfazer a necessidade de troco para os usuários das rodovias;

(c) Aplicações financeiras junto às instituições financeiras com taxa média de 101% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25.

#### 6. Contas a receber

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pedágio eletrônico a receber	3.532	3.159
Cupons a receber	52	52
Receita acessória a receber	119	95
<b>Total das contas a receber</b>	<b>3.703</b>	<b>3.306</b>

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágio, principalmente decorrente do uso de arrecadação eletrônica, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com empresas de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

---

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de dezembro de 2015 e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 25.

#### 7. Partes relacionadas

##### Operações com pessoal-chave da Administração

##### Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia remunera seus Administradores, conforme valores demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Honorários, encargos e gratificação	2.138	1.685
Vale-refeição, convênio médico e seguro de vida	12	13
	<u>2.150</u>	<u>1.698</u>

##### Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, fornecimento de vale-refeição, participação nos lucros ou resultados e incentivo educacional.

Os montantes referentes a benefícios a empregados estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Vale-refeição	979	913
Assistência médica	632	606
Participação nos Lucros ou Resultados	499	389
Seguro de vida	24	19
Outros	40	41
	<u>2.174</u>	<u>1.968</u>

##### Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante:		
Fornecedores com partes relacionadas - mesmo grupo econômico:		
Construtora Bebedouro Ltda.	71	5.496

	Passivo		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Serviços prestados	71	5.496	933	900
Despesas financeiras	-	-	502	230
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>5.496</b>	<b>1.435</b>	<b>1.130</b>

#### 8. Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

##### Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Resultado do exercício antes dos impostos	168	25.605
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal	57	8.706
<b>Ajustes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		
<b>Permanentes:</b>		
- Donativos e Brindes	26	21
- Gratificação Diretoria	201	138
- Amortização ágio incorporação	(887)	(887)
- Provisões para Contingência	(1.300)	(102)
- Incentivos fiscais	(112)	(141)
- Outros ajustes tributários	(48)	(3)
<b>Temporários:</b>		
- Provisão sobre contingências	1.475	105
	<b>(588)</b>	<b>7.837</b>
<b>Imposto corrente</b>	<b>6.246</b>	<b>7.833</b>
<b>Imposto diferido</b>	<b>(6.834)</b>	<b>4</b>
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<b>(350%)</b>	<b>31%</b>

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

#### Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Benefício fiscal do ágio incorporado (a)	2.465	3.809	-	-
Provisão para contingências	652	394	(258)	(33)
Efeitos do ICPC 01 R1	11.057	4.481	(6.576)	37
	<u>14.174</u>	<u>8.684</u>	<u>(6.834)</u>	<u>4</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão reliazadas na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. O imposto de renda e contribuição diferidos tem a seguinte origem: a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente da incorporação da Infraenge Construções Ltda, nos seguintes exercícios:

- **2016:** 1.344
- **2017:** 1.121

Os valores apresentados acima foram calculados com base nas estimativas de recuperação dos créditos tributários fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas provisões.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, quando há o direito legal e a intenção de compensa-los quando da apuração dos tributos correntes, e quando relacionado a mesma autoridade fiscal.

#### 9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação (%)	31/12/2015		31/12/2014	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido
Veículos	20	89	(67)	22	-
Máquinas e Equipamentos	10	214	(68)	146	168
Total do imobilizado		<u>303</u>	<u>(135)</u>	<u>168</u>	<u>168</u>



## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

#### 10. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	31/12/2015 Líquido	31/12/2014 Líquido
Intangível de construção	12,49%	177.854	(75.799)	102.055	107.128
Intangível de outorga	5,00%	6.608	(5.892)	716	1.046
Software	20,00%	553	(400)	153	75
		<u>185.015</u>	<u>(82.091)</u>	<u>102.924</u>	<u>108.249</u>

#### Movimentação do custo

	01/01/2014	Adição	31/12/2014	Adição	31/12/2015
Intangível de construção	141.044	26.219	167.263	10.591	177.854
Intangível de outorga	6.608	-	6.608	-	6.608
Software	411	16	427	126	553
	<u>148.063</u>	<u>26.235</u>	<u>174.298</u>	<u>10.717</u>	<u>185.015</u>

#### Movimentação da amortização acumulada

	01/01/2014	Adição	31/12/2014	Adição	31/12/2015
Intangível de construção	50.256	9.879	60.135	15.664	75.799
Intangível de outorga	5.231	331	5.562	330	5.892
Software	310	42	352	48	400
	<u>55.797</u>	<u>10.252</u>	<u>66.049</u>	<u>16.042</u>	<u>82.091</u>

A Companhia aplicou a Interpretação Técnica ICPC 01 R1 para os ativos diretamente relacionados a operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para a Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

Além das obras e melhorias, dentro do ativo intangível também estão incluídos bens como veículos utilizados nas atividades operacionais, sistemas de controle de tráfego, equipamentos de vigilância/segurança e sistemas de controle de arrecadação.

O direito de exploração da malha rodoviária (direito de outorga da concessão) também é reconhecido como um ativo intangível.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Valores expressos em milhares Reais)

### 11. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Juros e atualizações	31/12/2015	31/12/2014
Capital fixo	BNDES I e II - Variação monetária com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) + juros de 2,12% a.a. e 2,27% a.a., respectivamente. Finames BNDES - 3% a.a. a 8,82% a.a.	35.918 107	25.912 277
Capital de giro	Banco do Brasil - Capital de giro com base na taxa do CDI + juros de 3,21% a.a.	-	2.506
		<b>36.025</b>	<b>28.695</b>
Circulante		7.355	8.210
Não circulante		28.670	20.485

O capital de giro corresponde a operações de crédito para reforço do fluxo de caixa, cujas contratações de seus limites estão suportadas por aval dos acionistas.

O capital fixo foi parcialmente financiado pelas linhas de crédito Finame, FAT e PIS/PASEP junto ao BNDES.

As garantias para os financiamentos supracitados são:

- **Finame** - alienação fiduciária;
- **FAT e PIS/PASEP** - penhor das ações, cessão fiduciária dos direitos creditórios da concessão e aval dos acionistas.

As parcelas classificadas no passivo não circulante, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	4.859
2017	7.235	4.856
2018	5.643	3.270
2019 a 2022	15.792	7.500
	<b>28.670</b>	<b>20.485</b>

Em julho de 2013 foi obtido junto ao BNDES (linha FAT e PIS/PASEP) novo financiamento, no valor total de R\$ 36.253 pactuados contratualmente, havendo liberação parcial no valor de R\$ 15.000 em agosto de 2014 e 15.346 em dezembro de 2015, indexadas pela URTJLP. O saldo restante será liberado posteriormente.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

---

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de 24 meses e a amortização está sendo efetuada em 84 parcelas mensais, desde 15 de julho de 2015. Os encargos financeiros são calculados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescido de juros médios de 2,27% ao ano e pagos trimestralmente no período de carência e mensalmente no período de amortização. Quando a variação da TJLP for superior a 6% ao ano, o excedente será capitalizado.

Os contratos firmados com o BNDES incluem cláusulas restritivas. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

#### 12. Arrendamento mercantil

A Companhia é arrendatária de veículo de uso operacional, com opção de compra mediante contrato de arrendamento mercantil junto à instituição Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil.

A Companhia mantém controle do bem arrendado, cujos valores apresentados nas demonstrações contábeis podem ser assim demonstrados/conciliados:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Passivo:</b>		
Circulante	55	140
Não circulante	5	121
	<u>60</u>	<u>261</u>

O prazo desta contratação é de 36 meses, com vencimento previsto para o exercício de 2017.

#### 13. Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores nacionais diversos	1.823	1.339
Seguros a pagar	42	1
Outros fornecedores	66	143
	<u>1.931</u>	<u>1.483</u>
Fornecedores	1.823	1.339
Outras contas a pagar	108	144

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 25.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

#### 14. Obrigações tributárias e imposto de renda e contribuição social a pagar

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
COFINS	214	181
PIS	46	39
ISS	329	293
INSS retido	37	40
ISS retido na fonte	19	69
IRRF	6	8
PIS, COFINS e CSLL retidos.	78	26
IRPJ	1.072	1.339
CSLL	451	541
	<u>2.252</u>	<u>2.536</u>
Obrigações tributárias	729	656
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	1.523	1.880

#### 15. Provisão para manutenção

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Contrato de Concessão. Para essas manutenções previstas, a Administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil do pavimento.

A Concessionária realiza as provisões de manutenção com base na melhor estimativa de gastos a serem incorrido com reparos, substituições e serviços de construção e melhorias, sendo considerados os valores da próxima intervenção.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da provisão para manutenção ajustado a valor presente é de R\$ 17.196 e está demonstrado a seguir:

	01/01/2014	Adição/ Baixa	31/12/2014	Adição/ Baixa	Transferência	31/12/2015
Provisão para manutenção - circulante	-	(1.026)	5.649	(15.611)	22.477	12.515
AVP - provisão para manutenção - circulante	-	-	278	(278)	-	-
	-	(1.026)	5.927	(15.889)	22.477	12.515
Provisão para manutenção - não circulante	9.027	3.579	5.931	20.416	(22.477)	3.870
AVP - provisão para manutenção - não circulante	(1.296)	506	(1.068)	1.879	-	811
	<u>7.731</u>	<u>4.085</u>	<u>4.863</u>	<u>22.295</u>	<u>(22.477)</u>	<u>4.681</u>
	<u>7.731</u>	<u>3.059</u>	<u>10.790</u>	<u>6.406</u>	<u>-</u>	<u>17.196</u>

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Valores expressos em milhares Reais)

---

### 16. Provisão para construções

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 8,43% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Esta provisão esta de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos às essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo em 31/12/2014	3.273	986
Realização da Construção	(2.656)	-
Atualização	-	341
AVP - provisão para construção	-	337
Transferência	1.358	(1.358)
Saldo em 31/12/2015	<u>1.975</u>	<u>306</u>
Saldo em 01/01/2014	-	3.795
Realização da Construção	-	-
Atualização	126	42
AVP - provisão para construção	231	65
Transferência	2.916	(2.916)
Saldo em 31/12/2014	<u>3.273</u>	<u>986</u>

### 17. Credores pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão o qual é composto pelos valores devidos ao DER-SP pela outorga da concessão, ajustados a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em Março/1998, sem considerar as alterações determinadas pelo Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 2006, que autorizou a prorrogação do prazo de concessão por mais 84 meses e concedeu o desconto de 50% no valor mensal do ônus fixo, no período de Março/2007 a Fevereiro/2018, com a finalidade de reestabelecer o equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo Modificativo (TAM), que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA e em junho de 2015 retificou o Termo Aditivo Modificativo (TAM) de forma que o índice de reajuste das tarifas de pedágio será o menor índice entre o IGP-M e o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Companhias ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário Estadual de Logística e transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente em		Valor real em (*)	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>				
Direito de outorga - parcela fixa	2.006	1.874	2.121	1.928
Parcela variável (a)	99	87	99	87
<b>Total</b>	<b>2.105</b>	<b>1.961</b>	<b>2.220</b>	<b>2.015</b>

	Valor presente em		Valor real em (*)	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Não circulante</b>				
Direito de outorga - parcela fixa	2.286	3.768	2.413	4.174

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional;

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal, exceto financeiras, efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro e a partir de novembro de 2013, por prazo indeterminado, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta mensal, exceto financeiras, como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicações no D.O.E. de 27 de julho de 2013 e D.O.E. 14 de dezembro de 2013, Processo nº 015.147/2013 e Protocolo nº 234.316/13.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2015 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo de parcelas	12	14	26

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

O valor pago pela Companhia no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ao Poder Concedente foi de R\$ 3.081 (R\$ 1.959 de parcela fixa e R\$ 1.122 de parcela variável). O valor pago em 2014 foi de R\$ 2.924 (R\$ 1.850 de parcela fixa e R\$ 1.074 de parcela variável).

Em 31 de dezembro de 2015, os valores das parcelas relativas ao saldo a valor presente classificado no passivo não circulante apresentam a seguinte composição:

Ano de vencimento	Valor presente R\$
2017	1.960
2018	326

#### 18. Provisão para contingência

##### a. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Companhia tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu com base na opinião de seus advogados uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Companhia.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	31/12/2014	Adições	Reversões	Utilizações	31/12/2015
Cíveis	4.243	6.243	91	342	10.053
Total	4.243	6.243	91	342	10.053

  

	31/12/2013	Adições	Reversões	Utilizações	31/12/2014
Cíveis	3.600	857	127	87	4.243
Total	3.600	857	127	87	4.243

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos cíveis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados por seus advogados como de risco de perda possível, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$ 3.931, em 31 de dezembro de 2015, referindo-se apenas a causas cíveis basicamente a danos morais e materiais relacionados a acidentes ocorridos nas rodovias sob concessão da Companhia.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

---

A maior parte das reclamações judiciais estão suportados por seguros, cujo reembolso esta provisionado na Rubrica Reembolso de seguros no ativo não circulante totalizando R\$ 8.014 em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 3.083 em 31 de dezembro de 2014.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

#### 19. Patrimônio líquido

##### a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 28.002 (R\$ 25.002 em 31 de dezembro de 2014), dividido em 18.668.934 ações preferenciais (16.668.834 ações em 31 de dezembro de 2014) e 9.333.066 ações ordinárias (8.333.166 ações em 31 de dezembro de 2014), todas nominativas e sem valor nominal.

##### b) Reserva legal

É constituída de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas (artigo 193), sendo calculada a razão de 5% do lucro líquido do exercício, anteriormente a qualquer destinação, limitada a até o montante de 20% do capital social.

A reserva legal do exercício de 2015 foi calculada em 31 de dezembro de 2015 e a do exercício de 2014 foi calculada em 31 de dezembro de 2014, conforme segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício (base de cálculo)	756	17.768
5% do lucro líquido ajustado - Reserva legal	38	888

##### c) Dividendos propostos

Em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 25 de junho de 2015, os acionistas controladores optaram por pagar o percentual de 50% do Lucro Líquido do exercício de 2014 (dividendo mínimo obrigatório), correspondente a R\$ 8.884.

Em conformidade com o Estatuto Social foi constituído o percentual de 50% (R\$ 378) do Lucro Líquido do exercício a título de dividendo mínimo obrigatório.



## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

#### d) Reserva de lucros

A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos Acionistas controladores.

#### 20. Receitas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pedágio em numerário	28.309	27.945
Pedágio por equipamentos eletrônicos	45.234	42.022
Pedágio em cupons	619	817
Receita de construção (a)	10.175	25.623
Receitas acessórias (b)	1.611	1.539
Deduções	(7.044)	(6.574)
	<u><b>78.904</b></u>	<u><b>91.372</b></u>

- (a) A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICPC 01 R1 que diz respeito à contrapartida no resultado de todo o ativo intangível obtido por meio de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A Administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção;
- (b) Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por empresas autorizadas.

#### 21. Gastos por natureza

	<u>31/12/2015</u>			<u>31/12/2014</u>		
	<u>Custos dos serviços prestados</u>	<u>Despesas administrativas e gerais</u>	<u>Total</u>	<u>Custos dos serviços prestados</u>	<u>Despesas administrativas e gerais</u>	<u>Total</u>
Pessoal	9.129	4.331	13.460	8.325	3.681	12.006
Custo de construção (a)	10.175	-	10.175	25.623	-	25.623
Custo de manutenção (b)	20.416	-	20.416	817	-	817
Serviços de terceiros	4.984	1.498	6.482	4.830	1.358	6.188
Materiais/ equipamentos/ veículos	2.105	374	2.479	1.775	360	2.135
Poder concedente (c)	1.135	-	1.135	1.082	-	1.082
Depreciação e amortização (d)	16.107	371	16.478	10.118	351	10.469
Provisão de contingência	-	979	979	-	163	163
Outros	828	1.085	1.913	695	820	1.515
	<u><b>64.879</b></u>	<u><b>8.638</b></u>	<u><b>73.517</b></u>	<u><b>53.265</b></u>	<u><b>6.733</b></u>	<u><b>59.998</b></u>

- (a) Referem-se aos custos incorridos quando da contratação de fornecedores para obras na infraestrutura. O reconhecimento do custo de construções ocorre de forma progressiva conforme Pronunciamento Técnico CPC 17 R1 - Contratos de Construção, tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A mensuração do custo é realizada por empresas de engenharia responsável por emitir os relatórios de medição;
- (b) Provisão para realização das próximas conservas em trechos das rodovias seguindo a premissa de contrato executório. Os montantes são provisionados com base em relatórios elaborados pelos engenheiros da Companhia, respeitando os prazos determinados pelo cronograma da ARTESP;

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

- (c) Pagamento das parcelas variáveis ao poder concedente, conforme obrigação contratual;
- (d) A amortização do ativo intangível de construções e do direito de outorga da concessão ocorrerá de forma linear, de forma que o valor residual do ativo intangível, no final da concessão, será nulo.

## 22. Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Receita financeira</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	1.847	1.967
Descontos obtidos	1.108	934
Juros ativos	3	3
Outros	46	-
	<b>3.004</b>	<b>2.904</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.416)	(2.270)
Despesas bancárias	(5)	(21)
Ajuste a valor presente	(2.774)	(4.018)
Tributos (a)	(359)	-
Outras	(1.627)	(1.204)
	<b>(7.181)</b>	<b>(7.513)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(4.177)</b>	<b>(4.609)</b>

- (a) Os tributos referem-se à PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e IOF sobre financiamento.

## 23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros é composta, conforme a seguir:

Descrição	Tipo de seguro	31/12/2015
Riscos operacionais	Riscos operacionais	12.500
Riscos de engenharia	Riscos de engenharia	13.961
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	10.500
Seguro garantia	Seguro garantia de funções de ampliação	2.164
Seguro garantia	Seguro garantia de funções operacionais, conservação	30.244
Seguro garantia	Seguro garantia de pagamento valor fixo	864
		<b>70.233</b>

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos Auditores da Companhia.

## **24. Compromissos vinculados ao Contrato de Concessão**

### **Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão**

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

### **Compromissos relativos às concessões**

Além dos pagamentos ao poder concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2015 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

## **25. Instrumentos financeiros**

### **Gerenciamento dos riscos financeiros**

#### **Visão geral**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

### **Estrutura de gerenciamento de risco**

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente a Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

### **Riscos de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

### **Gestão de risco de capital**

A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

---

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

#### Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que se segue:

- **Empréstimos e financiamentos:** são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas;
- **Contas a receber e fornecedores:** possuem prazo médio de 30 dias;
- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas:** estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente, quando aplicável. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

Ativos	31/12/2015	31/12/2014
	Empréstimos/recebíveis	Empréstimos/recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	746	607
Aplicações financeiras	16.985	20.114
Contas a receber de clientes	3.703	3.306
Outras contas a receber	18	86

Passivos	31/12/2015	31/12/2014
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores	1.823	1.339
Empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil	36.086	28.957
Credores pela concessão	4.391	5.729
Partes relacionadas	71	5.496

#### Riscos de taxa de juros

##### a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

##### b) Exposição a riscos de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apresentava saldo de passivo sujeitos à riscos normais de mercado.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares Reais)

#### c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava valores a receber, registrados na Rubrica “Contas a receber”:

	31/12/2015	31/12/2014
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S/A	3.298	3.021
DBTRANS S/A	64	54
CBMP S/A	172	112
Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S/A	50	24
Outras contas a receber	119	95
	<b>3.703</b>	<b>3.306</b>

#### d) Risco de liquidez

A Companhia possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2016	2017	2018	2019	A partir de 2020	Total
BNDES I	TJLP+2,12%	2.703	2.678	1.116	-	-	6.497
BNDES II	TJLP+2,27%	4.604	4.512	4.512	4.512	11.281	29.421
FINAME	3,17%	48	45	14	-	-	107
Leasing	17,57%	55	5	-	-	-	60
Credores pela concessão	IGP-M	2.121	2.121	292	-	-	4.534
<b>Total</b>		<b>9.531</b>	<b>9.361</b>	<b>5.934</b>	<b>4.512</b>	<b>11.281</b>	<b>40.619</b>